

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1011473-29.2014.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Prestação de Contas - Exigidas - Locação de Imóvel</b>
Requerente:	<b>Alvaide Dutra Soares</b>
Requerido:	<b>Omega Consultoria Imobiliária</b>

ALVAIDE DUTRA SOARES ajuizou ação contra OMEGA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA, pedindo sua condenação a prestar contas relativamente a administração de imóvel que esteve locado, porque não sabe ao certo quais valores foram efetivamente recebidos.

Citada, a ré não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Ademais, os documentos juntados comprovam a existência de contrato entre as partes, em razão do qual a ré administrava a locação de imóvel do autor, incumbindo-lhe prestar contas dos valores recebidos e do resultado pertencente a esta.

Conforme expõe A. FURTADO FABRÍCIO (Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. VIII, Tomo III, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1984, pp. 316-7) a respeito do procedimento da ação de prestação de contas, na primeira fase, o objeto da atividade cognitiva se limita, apenas, ao exame da existência do dever de prestar contas: “Na primeira, a atividade processual se orienta no sentido de apurar-se se o réu está ou não obrigado a prestar contas ao autor: essa questão e apenas ela constitui a parte do mérito a ser solucionada na

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

fase inicial. Não está em causa, ainda, o problema de saber-se quem deve a quem, e quanto: esse tema envolve o exame das próprias contas a serem prestadas se consideradas devidas, exame do qual resultará a definição da posição econômica das partes uma em face da outra”.

Assim, confirmada a administração pela ré, de interesses do autor, em contrato de locação, de rigor o acolhimento da pretensão, com a condenação dos demandados à apresentação das contas requeridas no prazo legal.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a prestar as contas pedidas pelo autor, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que ele apresentar (Código de Processo Civil, artigo 915, § 2º).

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios desta etapa processual, fixados por equidade em R\$ 500,00, corrigido monetariamente a partir desta data.

P.R.I.C.

São Carlos, 19 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**